

O Governo do estado e suas prioridades...



O que representa R\$ 400,00 na vida de um graduando? E na vida de toda a sociedade que será beneficiada pela formação deste estudante em uma das melhores universidades do país? No discurso do Governo do Estado representa um gasto que torna os nossos estudantes “dos mais caros do Brasil”. Na prática, representa investimento em uma área social que definitivamente não faz parte das prioridades do Governo. Para quem ainda duvida, é sintomática e necessária a comparação do que o governo fluminense aplicaria se estivesse pagando em dia as bolsas estudantis ao invés de manter diariamente e há meses o patrulhamento da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. No dia 16 de novembro de 2016, 180 policiais da Força Nacional desembarcaram no Rio de Janeiro com o intuito de reforçar o cerco feito em torno da Alerj e, desta forma, garantir por meio de repressão que o Legislativo, composto majoritariamente pela bancada governista, aprovasse

inúmeras medidas antipopulares, como o aumento do bilhete único intermunicipal e de impostos, além da venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae). Essa ocupação feita pela Força Nacional, no entanto, tem um custo. Apesar de ele não ter sido amplamente divulgado pelos grandes meios de comunicação comercial, existem outros dados que dão um parâmetro sobre o que a falácia de que as bolsas estudantis estão atrasadas por falta de recursos. Em 2016 foram realizados no Rio de Janeiro os Jogos Olímpicos. O evento recebeu o reforço na segurança de policiais da Força Nacional. Estes militares, segundo informações divulgados pelo site G1 no dia 13 de julho de 2016, recebiam diárias entre R\$ 230,00 e R\$ 250,00 para a sua subsistência - isso antes do aumento de 150% que estes tiveram após reivindicação da categoria. Se usarmos como base o valor mínimo (R\$ 230,00) chegaremos a conclusão de que apenas duas diárias de um único policial da Força Nacional pagaria um mês de

bolsa de estudantes de graduação da Uerj. Mesmo com o reajuste de R\$ 50,00 que as bolsas tiveram para janeiro deste ano. Vale lembrar, uma vez mais, que os policiais da Força Nacional chegaram há mais de 4 meses para reforçar o cerco à Alerj, e lá continuam sem previsão de voltarem a seus estados. Sem mencionarmos os gastos que o poder público estadual tem com outros instrumentos de repressão a trabalhadores e estudantes, como bombas de efeito moral, balas de borracha, combustível etc. Contra esse discurso do governo de falta de recursos e para colocar a Educação entre as prioridades do governo, os estudantes da Uerj organizaram uma grande mobilização do Largo do Machado até o Palácio Guanabara na última quinta-feira (23/03), que contou com o apoio dos servidores da universidade, que também sofrem com atrasos de pagamentos. O ato público também contou com o reforço da Escola de Teatro Martins Pena, a primeira da América Latina, fundada em 1908.

Reunião entre trabalhadores e direções de Hupe e PPC termina sem acordo



Por reivindicação dos técnico-administrativos, foi realizada nesta sexta (24/03) uma reunião que colocou frente a frente o Sintuperj, o Comando de Greve (CG), a Reitoria, e os diretores do Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) e da Policlínica (PPC). O objetivo era debater as medidas administrativas do diretor do Hupe, Edmar Santos, sobretudo quanto à ampliação do atendimento e das salas de cirurgias diante de um cenário de salários atrasados e de não pagamento do 13º salário de 2016.

Ampliação do atendimento

O diretor Edmar Santos afirmou que assim como a redução do atendimento no final de 2016, a sua ampliação em março de 2017 se deve à uma adaptação à realidade, na qual o contexto atual, de acordo com ele, está menos grave do que no final do ano passado, quando os servidores chegaram a ter dois salários atrasados. Afirmou ainda que não levou “a greve para a ilegalidade”, e que “o que levaria seria a paralisação de cirurgias, por exemplo, de câncer” ou o “mapa zero”. Alegou que não foi ele quem definiu os 80% de funcionamento em alguns setores, mas sim a Justiça. Nesse sentido, um servidor do Centro Cirúrgico reforçou que de fato liminar é para ser cumprida, para ganhar tempo para recorrer.

O Comando argumentou que a liminar que determina o mencionado percentual de funcionamento foi

expedida na greve de 2016. E que, após o seu término em agosto, a liminar perdeu o seu objeto. Acrescentaram ainda que na greve atual, iniciada dia 16 de janeiro, o percentual estabelecido pelas assembleias é de 50%, reiterando ainda que este é maior do que o determinado na greve antecessora.

Segundo o Comando de Greve, a falta de salários inviabiliza a segurança de vida dos trabalhadores, afetando a subsistência. Desta forma, acrescentaram, sujeita os servidores psicologicamente a cometerem erros quanto ao atendimento que podem pôr em risco a vida dos pacientes.

Sobre as denúncias de que os técnicos não têm cumprido a escala, o diretor negou veementemente que tenha feito denúncia a respeito no Ministério Público, explicando que as denúncias chegaram a ele. O Comando afirmou que se isso estiver realmente ocorrendo o Comando deve ser informado para averiguar o fato.

Folha de pagamento

Em relação ao pagamento em separado dos servidores da Uerj lotados no Hupe, o diretor afirmou que a folha já era paga separadamente há 20 anos. E que os pagamentos anteriores eram feitos no mesmo dia que dos demais servidores da Uerj. O Comando de greve, no entanto, argumentou que recursos do Fundo Estadual de Saúde (FES) não podem ser utilizados para pagar salários, apenas para custeio. O

diretor, por sua vez, afirmou que os recursos podem e devem ser usados também para salários, e que se não usasse os recursos eles iriam para uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Redução de 30% dos salários

Sobre a notícia veiculada pela manhã de que o Governador do estado cortaria 30% dos salários em virtude de greve, os trabalhadores reiteraram que não estão trabalhando porque não querem, mas sim por falta de salário e de condições mínimas de trabalho. O reitor da Uerj, Ruy Garcia, afirmou que foi comunicado na noite anterior pelo próprio governador sobre a intenção de corte. Em seguida, ele acrescentou que os advogados da Uerj entrarão com ação em busca de uma liminar que impeça os cortes.

Ruy admitiu a possibilidade de a Uerj retornar às atividades até dia 03 de abril. Os trabalhadores argumentaram que, mesmo que a universidade seja suprida com verbas de custeio, não há possibilidade de retonar às atividades sem que os salários sejam todos colocados em dia.

Pouco exigido na reunião, o diretor da PPC, Cristóvão Porto, disse que a Policlínica possui um convênio com a Uerj que permitiu repasses de recursos da Secretaria Municipal de Saúde, mas que desde 2015 isso não ocorre. E, por fim, que a PPC tem vivido do que produz.

O diretor do Hupe alertou que uma escala 50% não atende a liminar imposta.

Pelo avançado da hora, a reunião não pôde ser concluída devido ao fato de o reitor precisar realizar exames médicos.

O coordenador geral do Sintuperj Jorge Luís Mattos (Gaúcho) reiterou que o encontro não poderia ficar sem uma conclusão entre os técnicos, a Reitoria e as direções do Hupe e da PPC. E sugeriu a continuidade da reunião o quanto antes. O reitor ficou de agendar novo encontro.